

Água Santa: Do Não Lugar ao Lugar

Karla Rodrigues da Costa¹

Introdução

Estudar história deve “abrir espaço” para construção da criticidade acerca da realidade em que se vive, uma vez que o passado e o presente servem como referência para o processo de construção da identidade. A partir do momento em que o aluno compreende a História e reflete sobre ela, percebe-se enquanto sujeito histórico que pode construir ou transformar a própria realidade, evidenciando aspectos políticos, sociais e culturais do seu entorno e que estão diretamente ligados ao seu modo de vida, condições e ambiente.

O cenário deste trabalho é a Escola Municipal Brigadeiro Faria Lima, localizada no bairro de Água Santa, nas esquinas das ruas Violeta e Paraná, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Recebeu esse nome em homenagem ao engenheiro da Força Aérea Brasileira (FAB) e ex-prefeito de São Paulo, José Vicente Faria Lima. Inaugurada em 17 de abril de 1974 pelo então governador Chagas Freitas, a escola atendia, até 2014, da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental e contava com 721 alunos.

Baseado no conceito de Pierre Nora de “lugares de memória”, a proposta é refletir como o bairro em questão não é percebido como um lugar, mas sim, como um “não lugar”, um lugar de passagem, praticamente invisível, fora sua função prática de ligação e acesso. Em seguida, as reflexões giram em torno da memória, em especial como a memória do lugar pode se tornar um recurso privilegiado para problematizar o ensino de História, contribuindo para que os alunos se reconheçam como sujeitos históricos e agentes de transformações sociais.

Valorizar a história do lugar é aproximar a escola da realidade dos alunos e contribuir para a construção de sua identidade, a partir do local onde vivem. Demonstrar a importância de se conhecer seu próprio lugar, priorizando os aspectos históricos, sociais e ambientais, permite maior identificação com o local e, conseqüentemente, amplia sua responsabilidade e vontade de cuidar, proporcionando uma aprendizagem significativa e de habilidades e competências que instrumentalizem o aluno agir para além da sala de aula.

* Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, mestranda em ensino de história pelo programa Profhistória, bolsista CAPES.

1. Água Santa: O não lugar

1.1 Disputas de memória: entre o Rio capital da nação e o subúrbio carioca

Água Santa é um bairro localizado na Zona norte do Rio de Janeiro – RJ. Administrativamente pertence à região do Grande Méier. Faz divisa com os bairros do Engenho de Dentro, Piedade e Encantado. É predominantemente residencial e pequeno. De acordo com o *site* da Prefeitura do Rio de Janeiro, ele pertence à XIII Região Administrativa (Méier), junto aos bairros de Abolição, Cachambi, Encantado, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Jacaré, Lins de Vasconcelos, Méier, Piedade, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio e Todos os Santos.²

As informações encontradas sobre o bairro são, em sua maioria, histórias contadas pelos moradores locais. Ao pesquisar a história do bairro, poucos dados foram encontrados, pois sua história se confunde com a de outros bairros mais conhecidos do subúrbio carioca, seus vizinhos. Água Santa sempre foi um bairro que cresceu às margens destes, sendo até hoje desconhecido para muitas pessoas. Muitos só o conhecem porque lá existe o Presídio Ary Franco que, popularmente, é chamado de “Presídio da Água Santa”. E mais recentemente, devido a construção da Linha Amarela, via expressa de ligação com outros bairros e com sede no bairro de Água Santa, marcando esse local, como um “lugar de passagem”.

As poucas informações formais que encontramos atrela a história de Água Santa ao bairro da Piedade, criado pelo padre Antônio Martins Loureiro, em 1664, oriundo das freguesias de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá e São Tiago de Inhaúma. Área de engenhos de açúcar, aguardente e propriedades jesuíticas, lugar de intenso comércio que passava pelos rios da região e de clima saudável, atraindo viajantes europeus que construíam casas pela região (MUSEU UNIVERSITÁRIO GAMA FILHO, 1991).

Ainda mergulhando na história de Piedade como um todo, sua feição começa a mudar com os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil), que dividiu as propriedades e marcou a face destes bairros, situados entre a Avenida Suburbana (atual Dom Helder Câmara) e a linha férrea. Características essas reforçadas pelas reformas de Pereira Passos, que ligou por boas estradas ao longo da ferrovia o Engenho Novo ao Méier, este ao Engenho de Dentro e Piedade (MUSEU UNIVERSITÁRIO GAMA FILHO, 1991).

² <http://www.rio.rj.gov.br/web/smg/regioes-administrativas>

Bairros foram surgindo, concentrando-se em torno das estações e, com o passar dos anos, outros bairros do subúrbio cresciam ao redor dos bairros maiores, como foi o caso de Água Santa, que surgiu próximo às estações de Piedade, Encantado e Engenho de Dentro. A maior parte dos moradores era formada por funcionários de fábricas dos bairros vizinhos ou trabalhavam no centro da cidade, utilizando o transporte público, notadamente, trens e bondes. Maurício de Abreu afirma que “já na última década do século passado estavam pois, em pleno crescimento, os principais subúrbios do Rio de Janeiro atual. Naquela época, entretanto, eles não passavam de simples núcleos dormitórios”. (ABREU, Maurício de A, 1997).

Todo o percurso da Estrada de Ferro Central do Brasil, até além da Estação de Cascadura, é marginado de habitações, formando, sem quebra de continuidade, inúmeras ruas, que a frequência e a rapidez de transporte incorporam naturalmente à cidade. (...) Esses subúrbios não têm existência própria, independente do Centro da cidade. (ABREU, Maurício de A, 1997: 53).

Tais transformações, no final do século XIX e início do século XX, faz com que haja um aumento populacional gigantesco, migrantes para as indústrias ali instaladas e para as unidades militares ali construídas. Neste sentido, as terras mais distantes do centro, se incorporam cada vez mais a cidade, e os limites entre o urbano e o suburbano se tornam mais difíceis de estabelecer. Mas, ao contrário das áreas nobres da cidade, a ocupação dos subúrbios se realizou sem qualquer apoio do Estado, contribuindo para a perda das características urbanísticas³ e para construção de uma memória e uma história apartada da cidade do Rio de Janeiro, marginal e periférica, subterrânea na definição de Pollack, opondo-se a “memória oficial”. Mas, essas memórias periféricas não deixam de existir, trabalham “no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momento de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”. (POLLACK, 1989: 4)

Sobre a construção da “memória oficial” do Rio de Janeiro, Cláudia Mesquita, afirma que o discurso histórico construído ao longo dos anos fez do Rio um “laboratório da nação”:

Desde a chegada da família real portuguesa em 1808 quando, transformado para adaptar a corte portuguesa nos trópicos, recebeu, além da “maquiagem” europeia da Missão Francesa, a criação de um conjunto de instituições científicas-culturais de âmbito nacional. Passando pelo projeto civilizatório republicano de princípios do século XX de fazer do Rio a “Paris das Américas” até a transferência do distrito federal para Brasília em 1960, quando a cidade é fixada como “capital cultural do país”. (MESQUITA, 2006:2)

³ MUSEU UNIVERSITÁRIO GAMA FILHO. Op cit

Portanto, estudar a memória do Rio de Janeiro é perceber seu papel simbólico de condição de sede da nação, de cidade-capital, cujo “conjunto do patrimônio histórico-cultural da cidade [é] profundamente marcado por uma dimensão nacional”(MESQUITA, 2006:5). Neste papel memorial, desempenhado pelo Rio de centro do Brasil e guardião da perspectiva nacional, claramente a memória suburbana como parte constituinte da cidade e da nação perde a disputa da memória construída e propagada nos meios culturais e acadêmicos, instituída nos livros didáticos e até mesmo na percepção de alguns moradores destes subúrbios, como Água Santa, que, desde a sua “descoberta” até os dias atuais, permanece esquecido e desconhecido para seus próprios habitantes, sendo poucos os que sabem sua história e origem.

Rouso nos lembra que a memória é uma reconstrução. Fruto de elementos da psique e da intelectualidade humana, que “acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (...) ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”. (ROUSSO, 2006:94)

Mas como essa percepção ganha forma, num contexto de “reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha”(NORA,1993:10) [?]Que não engendra as experiências vividas e as memórias construídas por diversos moradores dos subúrbios cariocas como os de Água Santa? Será que Água Santa e sua memória se perdem, exprimidos entre outros bairros e silenciados pela memória Rio – capital da nação?

O próprio Rouso nos alerta, ao analisar a memória coletiva, que não existe “uma representação do passado que seja compartilhado nos mesmos termos por toda uma coletividade” (ROUSSO,2006: 95). Portanto, mesmo silenciada, a memória de Água Santa, resiste, persiste, revestida de ausência pelo discurso oficial, aparentemente sem lugar no dia a dia da cidade e na construção da identidade de seus moradores, mas ainda assim permanece viva, buscando meios de se fazer notar.

Sobre os silêncios impostos pela memória oficial, Pollack conclui:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLACK,1989: 05).

1.2 Um lugar de memória X a memória do lugar.

Mas, Água Santa não é totalmente excluída dos quadros de memória da cidade do Rio de Janeiro, um lugar de memória se transformou em toda a memória que os cariocas constituem deste lugar. Sim, Água Santa é lembrada... Lembrada como o lugar do presídio Ary Franco, tão marcado na percepção que se tem do bairro, que este é chamado de presídio de Água Santa. O bairro passa a ser conhecido por este lugar e seus moradores se identificam como habitantes do lugar aonde se localiza o presídio. Mais uma vez, as experiências vividas, as histórias locais, a memória de Água Santa se torna abafada por este local de memória que se torna o todo do bairro. Nora sintetiza o sentimento: “Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão os lugares de história” (NORA, 1993:22).

Inaugurado, no dia 27 de setembro de 1974, ao lado da escola Brigadeiro Faria Lima, o Presídio Ary Franco, tinha por objetivo deter indivíduos de alta periculosidade e desafogar as delegacias municipais. A carceragem policial possuía instalações modernas e amplas, podendo receber mil e duzentos presos em trânsito, que aguardavam vaga no presídio. Dessas vagas, duzentas eram para o público feminino.⁴

De acordo com o jornal Diário de Notícias de 25/10/74, apesar de inaugurado em setembro, só recebeu os primeiros presos transferidos de outras carceragens no dia 24 de outubro, pois o delegado Rui Dourado aguardava a instalação das sirenes sincronizadas, da rede telefônica e do circuito de televisão. Pouco mais de um ano depois, já era considerado “um paraíso superlotado”, conforme notícia do dia 18/10/1975, no mesmo jornal.

Desde então, esse presídio, esse lugar de memória, se torna toda a Água Santa. A forma como o bairro se projeta para o exterior e parte vital da construção da identidade dos seus moradores, especialmente os mais novos, que se mudam para um bairro aparentemente sem outras memórias vividas e compartilhadas, sem meios de memória, como explicita Nora, mas restrito a um lugar. Nas palavras do próprio Nora:

⁴ Jornal “O Dia”, noticiando a inauguração do Presídio Ary Franco, de 27/09/1974. Apud PAIVA, Patrícia de Faria. *(Re) conhecendo Água Santa – RJ: Uma experiência na Escola Municipal Brigadeiro Faria Lima*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro Universitário Anhanguera de Niterói – UNIAN, em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, 2013, p 20.

Recorte no indeterminado profano –espaço ou tempo, espaço e tempo – de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Neste sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (NORA, 1993: 27).

1.3 Um lugar de passagem

No ano de 1997, foi inaugurada a via expressa Linha Amarela concessão da empresa Linha Amarela S/A (LAMSA). O bairro de Água Santa foi escolhido como o local onde estão localizados o pedágio e a sede da empresa.

Houve resistência: o jornalista M. Pacheco, que publicou durante anos um jornal intitulado “O Nosso Bairro” com notícias de Água Santa e ocasionalmente resgates da memória do lugar com histórias que ele recordava de seus muitos anos vividos no bairro. No momento da construção da Linha Amarela, o jornal já não circulava, mas o jornalista continuava ativo em seu *blog*, denunciando as irregularidades da construção, o descaso da prefeitura, promovendo ações no judiciário em prol de inquilinos e resgatando a memória de Água Santa com moradores e ex-moradores, que inclusive vieram de outros estados antes de ter sua antiga casa derrubada pelas obras e escreveram parte de suas memórias ao jornalista (PACHECO, 2004).

Segundo o jornalista relata, o bairro e regiões do entorno da Linha Amarela sofreram alterações durante a sua construção. Essa obra retirou muitas pessoas de suas casas, alterou o sentido de várias ruas e dividiu vários bairros, que passaram a se integrar através de passarelas sobre a via expressa. Além disso, desviou o curso do leito dos rios, ocasionando inundações em algumas ruas. A desapropriação das casas trouxe muitos danos aos moradores, sendo instaurada na época uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para verificar irregularidades na obra.⁵

O projeto de construção original da Linha Amarela pouco se parece com o que foi, de fato, construído. Pacheco denuncia que não houve nem um “EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente) apropriado, referente à obra realmente executada (o documento que existe se refere ao projeto básico licitado)” (PACHECO, 2004 apud

⁵ M. Pacheco Guerra <http://www.mpachecoguerra.blogger.com.br/> Desde 2013 não há novas postagens no blog.

PAIVA, 2013:28) e muitas das questões presentes no contrato de concessão relativos a preservação ambiental que não são cumpridos⁶

Atualmente, a sede da empresa LAMSA continua no bairro, porém a maior parte de seus projetos são direcionados para outros bairros que margeiam a via expressa, como Maré, Complexo do Alemão, Bonsucesso e Manguinhos. As ações em Água Santa limitam-se à algumas palestras na escola do bairro e “Curta na Praça”, exibição de filmes na praça.

Sem preocupação em preservar a memória local, visto que a preocupação ambiental ainda estava prevista no papel, Água Santa se torna assim um bairro de passagem, com alto aumento de fluxo de carros, mas perdido de si mesmo, sem de fato ser visto ou apreciado, um meio para chegar a outros lugares de forma mais rápida e eficiente, apagando o bairro de Água Santa como lugar e seu passado como parte constitutiva da identidade de sua comunidade.

Ao analisar a memória nos dias atuais, Huyssen faz um diagnóstico importante para pensarmos os efeitos da construção da Linha Amarela na percepção de Água Santa como um lugar de passagem:

Hoje, tanto a memória pessoal quanto a cultural são afetadas pela emergência de uma nova estrutura de temporalidade, gerada pelo ritmo cada vez mais veloz da vida material, por um lado e, pela aceleração das imagens e informações da mídia, por outro. A velocidade destrói o espaço, e apaga a distância temporal (HUYSEN, 2000: 74).

Entre as propagandas do progresso trazidas pela Linha Amarela, promessas de melhoria na estrutura material da vida dos seus moradores, preservação ambiental, e a possibilidade de sair do bairro e estar no centro da cidade ou na Barra da Tijuca em poucos minutos, o espaço Água Santa se viu ameaçado, junto das casas que foram demolidas, dos moradores indenizados que partiram do bairro levando com eles suas memórias, suas vivências, com a possibilidade muito concreta de que suas ruas não remeterem mais ao seu lugar, mas como vias de acesso, uma passagem para se chegar a outros lugares. Em suma, o perigo de não ser mais o protagonista de si mesmo.

Um sentimento de “dever de memória”, personalizado na figura de Pacheco e dialogando com redes de moradores e ex-moradores, em busca de reconhecimento e legitimidade surge deste

⁶ Para maiores informações ver Protocolo de Intenções da Prefeitura do Rio de Janeiro, assinado em 03 de maio de 1995.

bairro destacado da comunidade nacional, restrito a um só lugar, e agora ameaçado de ver sua identidade ruir junto com casas e ruas.

Ao analisar o “dever de memória”, Heymann define entre suas categorias, a busca por novas formas de auto-identificação, a valorização de uma história particular, a luta pelo reconhecimento público de sua existência e significado para a nação, representação política e luta por direitos (HEYMANN,2006).

As ações de Pacheco e seus textos deixam claros estes sentimentos, como observa Nora:

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o circuito dos historiadores profissionais (NORA, 1993: 17).

Mas, Pacheco desistiu de Água Santa, alegando estar desiludido com o bairro, envolto em questões políticas e até mesmo ameaças, o jornalista parou de alimentar o *blog* em 2013 e, hoje, segue sua vida afastado do bairro, vivendo no Recreio dos Bandeirantes. As memórias de Água Santa se tornam mais uma vez subterrâneas.

2. Água Santa: o lugar

Ao analisar a problemática dos lugares, Nora afirma de pronto que “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993:7). Realmente, no mundo contemporâneo as percepções de si mesmo, do outro e da ordem do tempo tem sido reformuladas, percebidas de maneiras distintas das quais estávamos acostumados a analisar.

Hartog ao analisar o tempo e o patrimônio, argumenta que o uso das categorias de memória e patrimônio, palavras tão em voga hoje em dia, na verdade são indícios de um novo regime de historicidade, de uma diferente apreensão e relação com o tempo. Dominado pelo presente, aonde se vive entre a amnesia e o dever de memória (HARTOG,2006).

Neste contexto, O Estado-nação não impõe mais seus valores, mas sim é contestado, sofre a concorrência de memória de setores até então subterrâneos, grupos que buscam fazer de suas experiências memórias legítimas na construção de sua percepção de si mesmo e perante ao outro. É o “movimento de descolonização interior” preconizado por Nora, que emerge de “todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica” (NORA, 1993:8).

Podemos perceber Água Santa desta maneira: descolonizando-se da proposta nacionalizante do Rio de Janeiro e em busca de experiências capazes de construir identidades, alternativas as narrativas oficiais, desprendidas de uma única versão e ancoradas em si mesma. “O que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e de grupo” (POLLAK, 1989:10).

A proposta de resgatar a memória do bairro de Água Santa, sua origem e transformações não é uma proposta inédita para a Escola Brigadeiro Faria Lima. Essa vontade de memória esteve presente em alguns momentos como na construção da Linha Amarela, com engajamento da coordenação da escola no movimento de resistência ao projeto. E, de tempos em tempos, ressurge em torno da Lei 3035/2000, de autoria do vereador S. Ferraz, que institui a criação do Parque Ecológico da Água Santa, no local onde havia a Pedreira Santa Luzia e preconiza além da preservação ambiental, vários itens de lazer como anfiteatro de concha acústica, trilhas ecológicas, bicicletário e playground.

O Parque Ecológico ainda não existe, sua criação foi vetada em 22 de julho de 1999, alegando que seria necessária a desapropriação da área, com a finalidade de transferir a titularidade dos proprietários para a municipalidade. Porém, a referida área está em processo judicial, onde a empresa pede indenização à prefeitura pela perda de sua atividade econômica, no caso, a exploração da pedreira. Atualmente funciona nesta área a empresa Terra Prometida Serviços LTDA, que chega diariamente com caçambas de entulhos, sendo licenciada pela Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) para retirada e tratamento de resíduos como alvenaria, concreto, papelão, madeiras, vidros e outros, conforme o site da empresa.

Essas demandas do presente que muitas vezes mobilizaram a vontade de memória da escola já fizeram surgir feiras pedagógicas, parcerias com o Sesc e até mesmo um projeto concebido pela professora Patrícia Paiva com o 5º ano, em 2012, cujo produto final foi uma fotonovela, fruto de sua tese de mestrado. Entretanto, todas as ações praticadas na escola que buscaram mobilizar a memória e a ligação com o bairro passaram pela educação ambiental. Mais que compreensível, visto que as demandas geradoras dessa vontade viam ameaças ao ecossistema em que a escola e sua população estão inseridas.

Neste sentido, a proposta pensada para o ano letivo de 2014, guarda suas especificidades, pois seu objetivo é pensar a memória como objeto da história. Ao analisar o *boom* de busca por

memória e de da guarda desenfreada de documentos, Meneses nos alerta que somente o acúmulo sem problematização gera informações sem real significado (MENESES,1992). Não basta conhecer, tem que haver uma intenção neste conhecimento para que haja verdadeira apreensão de seus sentidos e estímulo na construção de um novo olhar para a realidade que o cerca. Um olhar atento, que vê significado e importância, que se torna curioso, sensível, indagador.

Desenvolvido junto a sala de leitura e a professora Roseana Barbosa Soares (professora de música e sala de leitura) foi proposta a confecção de livros de pano por parte dos alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental.

Seguindo esta linha, a proposta é pensar o bairro com um novo olhar: Água Santa passa do não lugar ao lugar e os alunos podem se perceber como atuantes na construção desse lugar. A proposta busca trabalhar a questão do pertencimento, identidade e cuidado. Não só com relação a Escola Municipal Brigadeiro Faria Lima, mas a todo o bairro de Água Santa.

Ao analisar as características do fenômeno memória, Michel Pollak aponta que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”(POLLAK,1992:204). Nesta perspectiva, a memória não pode ser racionalmente construída, tem um componente emocional, que assegura a coesão e a solidariedade do grupo e que ganha força e importância em momentos de crise, na procura de si mesmo, na “imagem de si, para si e para os outros” (POLLAK,1992:204).

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outro. [Portanto,] a memória e a identidade são valores disputados. (POLLAK,1992:204)

Em outras palavras, para se perceber como de Água Santa, tem que se lembrar de pertencer a Água Santa e disputar em outras esferas públicas o direito de habitar um lugar, legítimo e válido em todas as suas tradições e experiências, em suas memórias. Trabalhar em sala de aula com a memória do lugar é abrir possibilidades de percepção de si mesmo, do outro, de empoderamento político e social.

Para tal, a primeira etapa do projeto se realizou em sala de aula: um levantamento entre os próprios alunos sobre esse lugar. Algumas indagações foram feitas a turma e as respostas anotadas no quadro, a fim de construir uma base conjunta. Nortearam o início do trabalho: o quê é Água Santa? Onde fica? O quê tem? Com base nas respostas dos alunos, alguns

aprofundamentos foram propostos: O quê é ser um bairro de subúrbio? Água Santa é importante? Saber a história do nosso bairro é importante?

Ao analisarmos a proposta de estudo do meio nos PCNs, percebemos que esta é uma metodologia própria de propõe um “contato direto com fontes de informação documental”, dentro do contexto cotidiano de nossos alunos. Estes, portanto, passam a se sentir inserido no processo de descoberta e do fazer história. Como essa metodologia pressupõe que o estudo do meio não é mera ilustração do estudo em sala de aula, mas deslumbra a criação de novos conhecimentos, é necessário levantar questões para nortear o trabalho dos alunos. No caso dos livros de pano, partimos dos conhecimentos que os alunos já traziam sobre seu bairro e propomos questões reflexivas mais aprofundadas para nortear suas pesquisas (PCN, 1998:93-96).

Meneses alerta que não é suficiente dar voz aos silenciados. “É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras do jogo” (MENESES, 1992)

Por que é silenciada? Por quem? Qual o ganho? A partir deste exercício já se pode trabalhar em sala o pensamento histórico, trabalhando em perspectiva crítica “as memórias espontâneas de nossos alunos são mobilizadas, tornando-se objeto de estudo e de possibilidade de recriação” (MONTEIRO, 2007).

Num segundo momento, os alunos foram a campo buscar informações sobre a origem de Água Santa e suas transformações ao longo dos anos. Primeiramente, as turmas recorreram a internet, mas logo perceberam que as informações eram escassas e repetitivas. Resolveram então buscar outro caminho: foram conversar com as pessoas mais velhas, aquelas que moram no bairro há muito tempo e registrar as informações que eles podiam nos dar.

Depois desta primeira seleção de histórias e memórias, o trabalho se voltou para refletir sobre estas informações: onde estão os pontos em comum? Há discrepâncias? Foi fácil ou difícil encontrar quem soubesse falar sobre o nosso bairro? E tantas outras questões que permitiram os alunos a historicizar a memória de Água Santa, perceber “a história das representações do passado” como um “exercício de lucidez que deverá igualmente contribuir para o advento de ‘uma análise histórica racional’ do passado” (ROUSSO, 2006:101)

Para organizar as informações, os alunos começam a escrever textos conjuntos sobre esse lugar, e a partir daí selecionar o quê era importante entrar no livro de pano. Cada turma iria confeccionar o seu livro, a partir das escolhas feitas em sala de aula do quê seria mais importante registrar. Os livros tinham páginas limitadas, entre 10 e 14 páginas, logo as escolhas também o eram. Cada aluno ou grupo de até três alunos ficaram responsável por um tema, lugar ou episódio que a turma escolheu como importante relatar. Os alunos escolheram os temas de acordo com sua preferencia e identificação.

Esta etapa do trabalho, aparentemente banal e utilitária (é necessário escolher quais informações colocar no livro, pois existe um número reduzido de páginas), pode gerar muitas reflexões e análises posteriores ao produto concluído. Com base na comparação entre os livros produzidos pelas turmas, ver semelhanças e diferenças nas escolhas, problematizar a escolha pessoal: por que escolheu? Como escolheu? Entre outras tantas questões que podem ser levantadas e refletidas em sala de aula sobre silêncios, abandonos e escolhas que aparentemente parecem gratuitas, mas que refletem formas de ver e pensar para além dos muros da escola.

Desta maneira, trabalhar com a memória do lugar na escola é estar ligado às demandas do presente, conscientes ou inconscientes, ao dia a dia dos alunos, suas aspirações, lutas e busca de significados, pois “a memória é incontestavelmente da atualidade” (ROUSSO, 2006:94).

Neste sentido, depois da seleção do que iriam registrar, os alunos voltaram a campo, em busca agora de imagens do passado e do presente dos lugares dos quais iriam falar. Se fossem falar de alguma história ou lugares que não existisse mais, buscaram imagens de referencia para ajudar na hora de desenhar e ilustrar os livros de pano.

Mais uma vez recorro às propostas dos PCNs para o estudo do meio para evidenciar nossa intenção pedagógica. Ao retornar aos lugares que passam cotidianamente, mas imbuídos de outro olhar, um olhar atento, que vê significado e importância, que se torna curioso, sensível, indagador, a paisagem histórica se torna “um cenário composto por fragmentos que suscitam lembranças e problemáticas que sensibilizam os estudantes sobre a participação dos antigos e modernos atores da História, acrescentando-lhes vivências que estimulam a imaginação” (PCN, 1998:93-96). Água Santa passa do não lugar ao lugar e os alunos podem se perceber como atuantes na construção desse lugar.

Neste momento, é importante perceber os usos da memória como instrumento de reivindicação e emergência de consciência política e lutas sociais. Conhecer suas origens, se ligar ao lugar aonde habita, ajuda a despertar um sentimento de relevância e pertencimento, no qual cuidar e preservar ganham um outro significado. Não só é necessário lembrar o passado, mas entender as dinâmicas sociais e econômicas que silenciaram essa memória.

Para perceber Água Santa como um lugar de memória é preciso expressar uma vontade de memória, uma busca por sinais de reconhecimento e pertencimento, um desejo de reclamar pela própria história, uma intenção de apreender aquele lugar, de tornar ele parte constitutiva de sua identidade e do sujeito se vê como construtor de suas memórias locais. “É o que faz sua história a mais banal e a menos comum” (NORA, 1993:27).

Essa vontade de memória, atrelado a um desejo de reparação e busca por ações que transformem a situação presente de alguns grupos, na sua luta por direitos, maior participação política e viabilidade social, gera um dever de memória. A perspectiva do dever de memória não é tão somente contra o esquecimento, mas pelo reconhecimento, como nos lembra Heymann, que acrescenta que esses ecos de memória evocados na valorização de identidades particulares, fortalece politicamente os grupos, projetando-os em cena pública, e assim, conseguindo mais apoio ao pressionar o poder público a tomar atitudes que revertam sua situação marginal na sociedade (HEYMANN, 2006).

Envolvidos neste processo de resignificar o lugar Água Santa, os alunos começaram a confeccionar propriamente dito o livro de pano. Cada grupo recebeu dois pedaços de algodão cru, já previamente cortado no tamanho e formato do livro, que eles deveriam colar um no outro a fim de fazer uma página do livro. Para evitar que o tecido de algodão desfiasse todo, os alunos envolveram toda a página com viés colorido.

Hora de começar a ilustrar os livros: primeiramente, os alunos fizeram os desenhos dos fatos, pessoas, lugares que iriam registrar em folhas de papel (usando como referência imagens de internet e fotos por eles tiradas). Esses desenhos se tornaram moldes para a hora do trabalho com os tecidos. Inicialmente, os desenhos eram colocados sobre um tecido de cor neutra ou a base da ilustração e com referência de seus contornos o tecido era cortado (os alunos em nenhum

momento desenharam nos tecidos, os desenhos de papel serviam de molde para recortar os tecidos a serem utilizados).

Com essa base pronta, os alunos passaram a escolha dos tecidos que iriam utilizar em suas ilustrações. Usamos tecidos de vários tamanhos e origens, alguns doados pelos alunos, retalhos trazidos por professores e comprados pelos professores e direção da escola. Entre os itens comparados, escolhemos tecidos temáticos, que já tem forma de casa, carro, rua, helicóptero, animais, entre outros.

Escolhidos os tecidos, e com a base pronta, os alunos passaram a posicionar os desenhos (molde) sobre o material e a recortar junto tecidos e desenho para manter exatamente a forma desejada. Começava o processo de colagem para formar a ilustração. Como um quebra-cabeça, os alunos forma montando seus desenhos nos tecidos, colando um sobre o outro, encaixando as partes, até completar a imagem desejada. Para arrematar e fazer o acabamento, os alunos utilizaram linha contornando todo o desenho.

A conclusão da proposta foi muito prejudicada pelo calendário de provas externas da SME/RJ (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro), que no quarto bimestre impôs inúmeras avaliações, retirando muito tempo do trabalho em sala de aula e da sala de leitura. O projeto ficou seriamente prejudicado. Algumas poucas páginas foram concluídas, enquanto muitas outras ficaram pelo meio do caminho, esperando o próximo ano letivo. Outro agravante é que a partir de 2015, a escola somente recebera alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, tornando a conclusão do projeto mais ameaçada.

A última etapa prevista infelizmente não foi nem iniciada. Os alunos seriam convidados a escrever a história de Água Santa. Cada grupo relativo à ilustração que fez e o tema que selecionou, proporcionando novas reflexões e construção de um conhecimento mais significativo, mais próximo da realidade do aluno, unindo teoria e a materialidade da vida concreta, pois “nenhum dos dois fala por si mesmo” (PCN, 1998:93-96).

Considerações Finais: Por que estudar história do lugar?

Para concluir essas reflexões, ao estudar a história do lugar em sala de aula não podemos esquecer-nos do alerta de Hobsbawm quando este afirma que “o perigo reside na tentação de isolar a história de uma parte da humanidade – a do próprio historiador, por nascimento ou

escolha – de seu contexto mais amplo” (HOBSBAWN, 1998:291). E do conselho de Bédarida, que devemos “reorientar a pesquisa para problemática mais globais, geradoras de esquemas explicativos capazes de servir a busca de sentido de nossos contemporâneos” (BÉDARIDA, 2006:226).

O projeto busca se inserir nestas orientações, objetivando a cada etapa alargar horizontes e refletir sobre uma história que levanta problemas e indagações sobre a nossa constituição como sujeitos e da sociedade que nos cerca.

Trabalhar com esses valores em sala de aula, é permitir que o aluno saia de sua zona de conforto. É instigar, despertar curiosidades, instrumentalizar o sujeito para reflexões mais críticas sobre seu em torno e da constituição de si mesmo. É poder encher de significado o estudo do passado e sua ligação com dias contemporâneos. É dar condições de ampliar seu raio de ação para além dos muros da escola, e poder se perceber como agente construtor de sua identidade e do lugar em que habita.

Pollak finaliza o argumento: “guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos embates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989:9-10).

A proposta de estudar Água Santa como um lugar de memória, em nenhum momento tem como objetivo isolar os alunos em sua realidade cotidiana, mas pelo contrário, instrumentaliza-los a partir da percepção das diferenças e mudanças a pensar e agir em diferentes demandas de suas vidas como um todo. Despertando um sentimento de pertencimento que não restringe, mas que empodera o sujeito a perguntar, recortar, buscar informações a fim de formar um aluno mais crítico e preparado para atuar no mundo de forma mais consciente, em busca de sua felicidade e de uma perspectiva de futuro.

“A memória é filha do presente, mas seu objeto é a mudança, sem o passado como referencial, não entende o presente e o futuro não vira projeto” (MENESES, 1992).

Bibliografia

ABREU, Maurício de A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

Estudo do Meio. In: *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos. História*. Brasília, DF: Ministério da Educação/ Secretaria de Ensino Fundamental, 1998, p.93-96.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Apresentação* in *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol 22, n. 36, Jul/dez 2006.

HEYMANN, Luciana. *O Devoir de mémoire na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

HOBBSAWN, Eric. Não basta a história identidade. In: _____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 1992.

MESQUITA, Cláudia. Algumas reflexões sobre o potencial pedagógico dos museus da cidade do Rio de Janeiro para a construção do conhecimento em história nos ensinos fundamental e médio. In: *XII Encontro Regional de História*, ANPUH-RJ, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: Entre História e Memória. In: SILVA, G.V. da; SIMÕES, R.H.S; FRANCO, S.P. (org). *História e Educação: território em convergência*. Vitória, ES: UFES/GM/PPGH, 2007.

MUSEU UNIVERSITÁRIO GAMA FILHO. *Um bairro chamado Piedade*. Rio de Janeiro: Editora central da UGF, 1991.

NORA, Pierre. Entre memória e História – a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, dezembro, 1993.

PACHECO, M. *Histórias do Nosso Bairro*. Disponível em: <http://www.mpachecoguerra.blogger.com.br/>. Acesso em: 27 Jan 2015.

PAIVA, Patrícia de Faria. *(Re) conhecendo Água Santa – RJ: Uma experiência na Escola Municipal Brigadeiro Faria Lima*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro Universitário Anhanguera de Niterói – UNIAN, em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, 2013.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol 2, N. 3, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, n.10, 1992, pág 204.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.